

Reforma do Judiciário será examinada na convocação

- Um dos itens mais relevantes da pauta, a nova Lei de Falências é discutida pela Comissão de Assuntos Econômicos
- Comissões devem decidir sobre projeto que trata da utilização e da proteção da Mata Atlântica
- A punição à violência doméstica poderá se tornar mais rigorosa. CCJ analisa proposta nesse sentido
- Direito de mulher ter acompanhante durante o trabalho de parto se encontra em fase final de tramitação



Célio Azevedo



José Cruz

PROPOSTAS As comissões permanentes do Senado, como a de Justiça e a de Assuntos Econômicos, preparam-se para examinar a pauta do período extraordinário

Uma sessão solene abre hoje, às 12h, no Plenário do Senado Federal, a convocação extraordinária do Congresso Nacional. A convocação, feita

pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, vai até o dia 13 de fevereiro. Os temas a serem apreciados pelos senadores foram definidos pelo presidente Lula em conjunto com os parlamentares e incluem a

reforma do Judiciário, a Lei de Falências e alterações nos Códigos Tributário, Civil e Penal. Ainda hoje, o Plenário do Senado realizará uma sessão não deliberativa, com início às 14h30.

Páginas 3 e 4

Emenda paralela é prioridade, diz Amir Lando

Líder do governo no Congresso ressalta necessidade de o Legislativo votar em curto prazo mudanças na Previdência.

Página 3



Wladimir Rodrigues

Mercadante propõe redução do recesso parlamentar

O senador Aloizio Mercadante é autor de emenda à Constituição que reduz o recesso parlamentar. A proposta também acaba com o pagamento de salário adicional aos parlamentares nas convocações.

Página 3

Hélio Costa comemora regresso de brasileiros

Senador destaca sucesso da missão parlamentar que foi aos Estados Unidos para negociar a libertação e repatriação de quase mil brasileiros presos naquele país como imigrantes ilegais.

Página 2



Divulgação

DEDICAÇÃO Católica fervorosa, dona Kyola foi para o estado do Maranhão ainda muito jovem

Morre dona Kyola, mãe de José Sarney

Faleceu na última sexta-feira, aos 94 anos, dona Kyola Ferreira de Araújo Costa, mãe do presidente do Senado, José Sarney, e avó da senadora Roseana Sarney.

Ela não resistiu a complicações renais que teve no fim do ano passado. O corpo foi velado em sua residência, no bairro do Calhau, em São Luís (MA), e o enterro ocorreu na tarde do mesmo dia, no Cemitério do Gavião.

Natural da cidade de Correntes (PE), Dona Kyola foi para o Maranhão ainda muito jovem, acompanhada de seu pai, Asuero Ferreira.

Mais tarde, casou-se com o então promotor público Sarney de Araújo Costa, e com ele residiu por vinte anos em várias cidades do Maranhão. Católica fervorosa, ela assumiu o papel de matriarca da família Sarney após o falecimento de seu marido, que já era desembargador.

O senador José Sarney recebeu em São Luís telefonemas de condolências do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e de várias autoridades e lideranças políticas.

Hélio Costa comemora a repatriação de brasileiros

Brasileiros presos nos EUA por imigração ilegal começam a retornar ao país no dia 27, informa senador

Teve sucesso a missão especial parlamentar, composta pelos senadores Hélio Costa (PMDB-MG), Marcelo Crivella (PL-RJ) e pelo deputado federal João Magno (PT-MG), que foi aos Estados Unidos para negociar a libertação e repatriação de quase mil brasileiros presos naquele país como imigrantes ilegais.

O primeiro voo que trará de volta os brasileiros deve sair às



Roseaneil Finheiro

ÊXITO Hélio Costa integra a missão parlamentar que negocia com autoridades americanas

21h do dia 27, de Tucson, Arizona. A chegada, no Aeroporto de Confins, Belo Horizonte

(MG), está prevista para as 08h do dia 28, às 7h.

Segundo o senador Hélio Costa, 260 prisioneiros já estão sendo listados para compor o primeiro embarque. Até meados de março, conforme o parlamentar, todos os brasileiros detidos nos Estados Unidos, pela prática de imigração ilegal, terão sido repatriados.

Na manhã do último dia 8, conforme relato de Hélio Costa à Agência Senado, 300 jovens brasileiros, a maioria mineiros, que estavam no Centro de Detenção de Florence, no estado do Arizona, explodiram em palmas e gritos de "Brasil" quando da chegada dos parlamentares.



Jose Cruz

COMPROMISSO Jucá afirma que pleito de governadores será atendido durante convocação

Acordo da Cide será cumprido, assegura Jucá

Diante da cobrança de governadores que pedem a implementação do acordo que levou à aprovação da reforma tributária no Senado, o senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator da matéria, afirmou, em entrevista à Rádio Senado, que não vê motivo para preocupação. Segundo o parlamentar, o governo deve cumprir o acordo ainda durante a convocação extraordinária do Congresso Nacional, editando medida provisória (MP) para regulamentar a divisão da Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide) com estados e municípios.

Além da partilha da Cide, os governadores de São Paulo, Geraldo Alckmin; do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto; e de Minas Gerais, Aécio Neves, cobraram o aumento dos recursos do Fundo de Compensação das Exportações. Na tramitação da reforma no Senado, foi acertado que o volume de recursos do fundo subirá de R\$ 6 bilhões para R\$ 8,5 bilhões em 2004.

Os estados são os maiores exportadores e querem que, como definido no Senado, 25% dos recursos da Cide, cobrada sobre os combustíveis, sejam destinados aos estados por meio de MP que retroaja a 1º de janeiro deste ano.

– Eu não vejo motivo para preocupação. É claro que os governadores têm pressa, todos nós temos, mas houve um acordo com o governo federal no sentido de repartir a Cide na forma como ficou combinado na reforma tributária. Foi acertado ainda não apenas um aumento no Fundo de Compensação das Exportações, mas também a definição do Fundo de Desenvolvimento Regional. – afirmou Jucá à repórter Patrícia Novaes.

Agenda

Congresso abre os trabalhos de convocação

Os trabalhos da convocação extraordinária do Congresso começam hoje, às 12h, com uma sessão conjunta da Câmara e do Senado, presidida pelo senador José Sarney. A convocação termina no dia 13 de fevereiro. Na sessão, o primeiro-secretário da Câmara, deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), vai ler a mensagem enviada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Senadores realizam primeira sessão

Os senadores realizam hoje, às 14h30, a primeira sessão da convocação extraordinária. Sem caráter deliberativo, a sessão será destinada a comunicados da Mesa e pronunciamentos dos parlamentares.

O leitor pode acompanhar os trabalhos pela Rádio ou pela TV Senado, além da cobertura em tempo real feita pela Agência Senado no endereço www.senado.gov.br.

Reforma da Justiça em pauta

A pauta do Senado para o período da convocação prevê o exame de seis projetos e da proposta de reforma do Judiciário, além de acordos internacionais, concessões de rádio e TV, operações de crédito e indicação de autoridades.

Távola apresenta clássicos

A TV Senado exhibe hoje, às 10h, o programa *Quem Tem medo de música clássica?*, apresentado pelo ex-senador Artur da Távola. Às 11h30, será transmitida entrevista com o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Senado vai decidir sobre reforma do Judiciário

Propostas a serem examinadas durante a convocação extraordinária		
Matéria	Ementa	Situação atual
PEC 29/00	Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário (reforma do Judiciário).	CCJ
PLC 70/03 – Complementar	Altera dispositivos da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e dá outras providências.	CCJ
PLC 71/03	Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores – pessoas físicas e jurídicas – que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais, e dá outras providências.	CAE (posteriormente vai à CCJ)
PLC 102/03	Acrescenta parágrafo ao artigo 129 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), prevendo o tipo de crime denominado violência doméstica.	CCJ
PLC 107/03	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.	CCJ (posteriormente vai à CAS)
PLC 113/03	Institui regime especial para alteração estatutária das associações, e altera a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).	CCJ
PLS 195/03	Concede às parturientes o direito à presença de um acompanhante durante o trabalho de parto e o pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde.	SGM – aguardando leitura do parecer da CAS (terminativo)

Também serão analisadas pelas Comissões de Relações Exteriores (CRE), Educação (CE) e Assuntos Econômicos (CAE) matérias referentes a tratados, acordos e atos internacionais; concessões de emissoras de rádio e TV; operações de crédito externas e internas; e indicações de autoridades.

Lando: emenda paralela é prioridade

Líder do governo no Congresso, o senador Amir Lando (PMDB-RO) afirmou que o Legislativo foi convocado extraordinariamente pela necessidade de cumprimento do compromisso do governo de votar, em um curto prazo, a chamada PEC paralela, que introduz diversas alterações na Reforma da Previdência, sancionada no mês passado. A matéria, já aprovada em dezembro no Senado, está na pauta da Câmara dos Deputados.

– O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu um compromisso para dar andamento e celeridade às votações, sobretudo à reforma da Previdência. E isso tem que começar logo para terminar ao menos até julho – disse o senador, em entrevista concedida à repórter Márcia Torelly, da Rádio

Senado.

Amir Lando justificou ainda a necessidade de convocação extraordinária do Legislativo em janeiro pelo fato de os parlamentares terem pouco tempo para votar matérias importantes neste ano em que se realizam as eleições municipais.

– Nós sabemos que, neste ano eleitoral, há um compromisso fora do Congresso, porque temos que participar das eleições municipais, não apenas do ponto de vista partidário, mas também pela relação necessária com o povo – declarou o senador.

Para o líder do governo, a remuneração recebida pelos parlamentares durante a convocação extraordinária, por estar prevista em lei, é justa.

– Quem recebe o devido, aquilo que é legal, é porque a



PROMESSA Amir Lando diz que votação rápida da matéria é compromisso do governo

população assim entende que deva ser. Quando se desviam recursos, sobretudo na corrupção, temos que coibir e combater. Mas quando o Congresso trabalha, produz – como produziu na legislatura passada –, não há porque negar essa remuneração – analisou.

■ Projetos incluídos na pauta da convocação aguardam pareceres das comissões permanentes

O período de trabalho extraordinário do Congresso Nacional será aberto hoje, às 12h, pelo presidente do Senado, José Sarney, em sessão conjunta. Na oportunidade, será lida pelo primeiro-secretário da Câmara, deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), a mensagem de convocação, feita pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Na primeira semana, o trabalho dos senadores estará concentrado nas comissões permanentes, onde aguardam pareceres as propostas incluídas pelo presidente da República na pauta da convocação, que se estenderá até 13 de fevereiro. Somente depois que estiverem devidamente instruídas irão à deliberação do Plenário.

Ainda hoje, o Senado realiza, às 14h30, sua primeira sessão, de caráter não deliberativo, e destinada a pronunciamentos. A pauta da Casa prevê, além de assuntos de competência privativa, o exame de sete matérias, entre elas a proposta de reforma do Judiciário, que ainda depende de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – *ver quadro*.

Durante a convocação, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deverá analisar matérias referentes a atos internacionais, enquanto a Comissão de Educação (CE) vai decidir sobre projetos de decreto legislativo referentes a concessões de radiodifusão. Caberá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisar, nesse período, o projeto de nova Lei de Falências, e ainda pedidos para operações de cré-



ESFORÇO Trabalhos serão instalados em sessão presidida pelo senador José Sarney

dito pelos entes federativos.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá se manifestar sobre o projeto de utilização e proteção da Mata Atlântica, depois de a CCJ analisar a matéria. Também será ultimada na CAS a tramitação do projeto de lei que concede às parturientes o direito à presença de um acompanhante no parto e no pós-parto no Sistema Único de Saúde.

Autoridades indicadas pelo Planalto para cargos de ministros de tribunais, diretores de agências reguladoras de setores da economia e embaixadores podem ser sabatinadas pelas comissões neste período.

Também serão discutidas medidas provisórias (MPs), como as que regulamentam o setor de energia e a que dispõe sobre a Letra de Crédito Imobiliário e a Cédula de Crédito Imobiliário. Antes de chegarem ao Senado, as MPs têm que ser votadas pelos deputados. Na pauta da Câmara, destaca-se a proposta de emenda paralela da Previdência, já aprovada pelo Senado.

A Comissão Mista de Orçamento deve se manifestar, com base em relatório do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), sobre o projeto que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2004 a 2007.

Proposta de Mercadante e Genoio reduz período de recesso

Modificar a Constituição, para reduzir o recesso parlamentar e acabar com o pagamento dos salários adicionais nas convocações extraordinárias, é o que defende o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). Ele é autor de proposta nesse sentido, apresentada quando ainda es-

tava na Câmara, juntamente com o hoje presidente do PT, José Genoio.

O artigo 57 da Constituição brasileira determina que o Congresso Nacional deve se reunir entre 15 de fevereiro e 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro. Em termos práticos, portanto, concede aos

parlamentares um recesso anual de cerca de 90 dias. Nos últimos anos, porém, o presidente da República tem convocado extraordinariamente o Parlamento para trabalhar durante o recesso e, por isso, deputados e senadores recebem remuneração extra.

– Há mais de dez anos eu

aguardo por isso. Espero que possamos mudar os critérios para a convocação extraordinária e acabar com esse negócio de ficar pagando dois salários. Isso é o que traz prejuízo institucional. Temos um projeto disciplinando o assunto, e vamos aprovar e acabar com esse problema.



SOLUÇÃO Aloizio Mercadante defende fim de pagamento adicional a parlamentares

Projeto que protege a Mata Atlântica ainda é objeto de negociação

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se neste período de convocação extraordinária do Congresso Nacional para apreciar o projeto que disciplina a utilização e a proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, que se distribui ao longo da costa leste do Brasil, do Ceará até o Rio Grande do Sul. Hoje, esse tipo de floresta está reduzida a apenas 10% de sua cobertura original, que chegava a 1,1 milhão de quilômetros quadrados ou o equivalente a 12% do território brasileiro.

O projeto (PLC 107/03) ainda aguarda a designação de um relator. Em 15 de dezembro do ano passado, o presidente em exercício, senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), havia indicado Roseana Sarney (PFL-MA) para proferir parecer em Plenário sobre a matéria, incluída na pauta em regime de urgência. A liderança do PFL preferiu sugerir Demostenes Torres (PFL-GO). O projeto foi então enviado à CCJ e, posteriormente, será encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O principal ponto de negociação do projeto é o artigo 46, que prevê direito a indenização aos proprietários de imóveis rurais "no caso em que as vedações e limitações estabelecidas nessa lei afetem a potencialidade econômica" desses imóveis.

Parturiente poderá ter direito a acompanhante na rede de saúde

O projeto de lei do Senado que concede às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto e o pós-parto, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), é uma das matérias em pauta durante a convocação extraordinária do Congresso. De autoria da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) – foto –, o projeto (PLS 195/03) já teve seu relatório aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que, no entanto, ainda aguarda a leitura do parecer da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE). Após a leitura, por ser terminativa, a matéria segue para a Câmara dos Deputados, a não ser em caso de requerimento contrário assinado por nove senadores. Pela proposta, os serviços de saúde do SUS, da rede pública ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de um acompanhante – indicado por ela – durante todo o trabalho de parto. No caso de partos de alto risco, porém, a presença do acompanhante poderá ser vetada pela equipe médica. O projeto determina também que o Ministério da Saúde se encarregará de viabilizar o exercício desse direito da parturiente.



Proposta torna mais rigorosa punição a violência doméstica

A prática de violência doméstica poderá ser inserida como crime no Código Penal. A iniciativa partiu da deputada Iara Bernardi (PT-SP) e está prevista no projeto de lei da Câmara que define o delito e estipula a pena. Essa matéria consta da pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional e tem como relatora, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) – foto.

De acordo com a classificação dada pelo PLC 102/03, violência doméstica é a ofensa ou o ato violento cometido contra cônjuge ou pessoa que, por ligação de parentesco natural, civil ou por afinidade, esteja sob sua guarda ou vigilância ou com quem conviva ou tenha convivido. Em qualquer desses casos, a pena estabelecida é de seis meses a um ano de detenção.

A justificativa do projeto (PLC 102/03) revela que, segundo pesquisa da Sociedade Mundial de Vitimologia, 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência doméstica. "A cada quatro minutos, uma mulher é agredida em seu próprio lar por uma pessoa com quem mantém relações de afeto", destaca Iara Bernardi. Estudo da PUC de São Paulo, realizado em 1994 com base em boletins de ocorrência, identificou ainda que das queixas de lesão corporal intencional (81,5% do total), 70% foram arquivadas. Dos casos apurados, 10% dos agressores foram absolvidos.



Comissão de Justiça vai ouvir presidente do STF

Maurício Corrêa deve comparecer à CCJ ainda este mês para debater a reforma do Judiciário

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), confirmou que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa, deve comparecer à CCJ ainda este mês para debater a reforma do Judiciário. O convite foi feito pelo senador durante recente visita a Corrêa. – A Câmara terá que cuidar das reformas da Previdência e tributária. Mas o Senado já se desincumbiu dessa tarefa e, portanto, nós cuidaremos da



AUDIÊNCIA Edison Lobão confirma debate com o ministro Maurício Corrêa

reforma do Poder Judiciário. Daí eu ter convidado o ministro Maurício Corrêa – salientou o senador.

Lobão explicou que, juntamente com o presidente do Senado, José Sarney, solicitou ao presidente da República, Luiz

Juvêncio: excesso de recursos emperra trabalho da Justiça

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) entende que a reforma do Judiciário deveria ficar fora da pauta da convocação extraordinária. O senador considera o assunto polêmico e que por isso não deve ser examinado com pressa. Juvêncio acredita que a reforma deve garantir rapidez à Justiça no julgamento dos processos e não apenas reestruturar carreiras. – É preciso haver uma reforma do Poder Judiciário que enfoque definitivamente a questão do excesso de recursos

que existem no Código de Processo Civil e no Código de Processo Penal. Esse excesso de recursos é que faz com que os processos emperrem, embora a Justiça trabalhe intensamente.

Juvêncio observou que a proposta de reforma do Judiciário está tramitando no Congresso Nacional há mais de dez anos e traz inovações polêmicas, como a criação do controle externo do Judiciário e a instituição da súmula vinculante, que obriga juízes de primeira instância a seguirem decisões dos



SEM PRESSA Juvêncio da Fonseca quer discussão aprofundada sobre mudanças

tribunais superiores.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deverá realizar nos próximos dias audiência para debater o assunto.

Nova Lei de Falências em exame na CAE

Um dos itens mais relevantes da pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional é o projeto de lei que regulamenta a recuperação judicial, extrajudicial e falência de devedores – pessoas físicas e jurídicas – que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais (PLC 71/03). A chamada nova Lei de Falências será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em que o relator é o presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS). A discussão da proposta interessa ao governo por fazer parte das medidas de reforma da



PARECER Ramez Tebet é relator da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos

economia brasileira, importante para aumentar a credibilidade de investidores no país.

O projeto prevê o fim da con-

cordata, instrumento pelo qual o devedor é obrigado a liquidar dívidas de acordo com sentenças judiciais que beneficiem os credores. A recuperação judicial e a extrajudicial são os novos caminhos que substituem a concordata no sentido de evitar a falência de uma empresa.

O primeiro mecanismo obriga o devedor a apresentar à Justiça um plano de recuperação, descrevendo a situação da empresa, com sugestões para o pagamento das dívidas. Esse plano deve ser submetido a uma assembléia geral de credores, que pode aprovar, rejeitar ou alterar o plano apresentado.